

CAPÍTULO 1

A RELAÇÃO ENTRE EPISTEMOLOGIA E PRÁXIS NO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE E ÁLVARO VIEIRA PINTO

Adão Lourenço

adaolourenco134658@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre as concepções epistemológicas e a noção de práxis presentes no pensamento de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto. A investigação parte da hipótese de que há uma profunda convergência teórica entre ambos os autores, sobretudo na compreensão do conhecimento como processo histórico-social e na valorização da práxis como dimensão fundamental da transformação da realidade. A análise demonstra que o pensamento de Vieira Pinto exerceu influência significativa sobre a formulação da pedagogia freiriana, especialmente no que diz respeito ao conceito de consciência crítica, à crítica da alienação cultural e à articulação entre conhecimento e transformação social. Ao mesmo tempo, destaca-se que Freire desenvolve uma abordagem pedagógica própria, orientada para a educação popular e para a prática educativa emancipadora.

Palavras-chave: Paulo Freire; Álvaro Vieira Pinto; epistemologia; práxis; filosofia da educação.

INTRODUÇÃO

O pensamento pedagógico do grande Educador Paulo Freire constitui uma das matrizes mais fecundas da teoria educacional contemporânea, especialmente no âmbito da educação crítica, da educação popular e da pedagogia emancipatória. Sua obra de grande relevância, *Pedagogia do Oprimido*, publicada originalmente no ano de 1968, consolidou-se como referência internacional ao propor uma ruptura paradigmática com os modelos tradicionais de ensino, denunciados como “educação bancária”, isto é, uma prática transmissiva, vertical e despolitizada; e ao afirmar, em contraposição, uma concepção dialógica de educação fundada na problematização da realidade, na construção coletiva do conhecimento e na formação da consciência crítica (Freire, 1968/1987). Nesse horizonte, a educação deixa de ser compreendida como mera técnica de instrução e passa a ser concebida como prática da realidade social e política, inseparável das condições históricas concretas e orientada à transformação das estruturas de opressão. Como afirma o próprio autor, “ninguém educa

ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão” (Freire, 1987, p. 79), enfatizando o caráter real, intersubjetivo e histórico do processo educativo.

Todavia, a elaboração teórica da pedagogia freiriana não emerge de forma isolada ou espontânea; ela se insere em um denso campo de debates intelectuais, políticos e culturais que marcaram o Brasil nas décadas de 1950 e 1960 do século XX. Esse período foi caracterizado por intensas discussões sobre desenvolvimento nacional, dependência econômica, cultura e identidade, especialmente no âmbito do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição que reuniu grandes e importantes intelectuais comprometidos com a formulação de um projeto nacional-desenvolvimentista. Nesse contexto, destaca-se a contribuição filosófica de Álvaro Vieira Pinto, cuja obra se orienta por uma análise rigorosa das condições históricas da consciência, da cultura e da tecnologia em sociedades periféricas. Em textos como *Consciência e Realidade Nacional* (1960) e *O Conceito de Tecnologia* (1973/2005), Vieira Pinto desenvolve uma crítica contundente ao colonialismo cultural e epistemológico, defendendo a necessidade de uma consciência nacional autônoma, capaz de compreender e transformar a realidade a partir de suas próprias determinações históricas (Vieira Pinto, 1960; 2005).

A interlocução entre Freire e Vieira Pinto revela-se particularmente significativa quando se examinam suas concepções epistemológicas e a centralidade que ambos atribuem à categoria da práxis. Em diálogo com tradições filosóficas como o marxismo e o existencialismo, os dois autores compartilham a compreensão de que o conhecimento não é um ato neutro, abstrato ou meramente contemplativo, mas uma atividade histórica, socialmente situada e mediada pelas condições materiais da existência humana. Nesse sentido, conhecer implica sempre um posicionamento diante do mundo, uma tomada de consciência que se realiza na e pela ação transformadora. A noção de práxis, entendida como unidade dialética entre reflexão e ação, constitui, assim, o núcleo estruturante de suas propostas teóricas. Como observa Freire, “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para, então transformá-lo” (Freire, 1987, p. 38), formulação que encontra ressonância na perspectiva de Vieira Pinto, para quem a consciência autêntica só se realiza na prática histórica concreta, sendo inseparável das condições objetivas de produção da vida social.

Além disso, ambos os pensadores convergem na crítica às formas alienadas de consciência e à reprodução ideológica das estruturas de dominação. Em Freire, essa crítica se expressa na denúncia da internalização da opressão pelos sujeitos oprimidos, o que exige um processo de conscientização (ou “consciência crítica”) capaz de desvelar as mediações históricas da realidade social. Em Vieira Pinto, por sua vez, a crítica dirige-se à “consciência ingênua” e à dependência cultural alienante, que impedem a constituição de um pensamento autenticamente nacional e emancipador. Em ambos os casos, a superação dessas formas de alienação passa pela

construção de uma racionalidade crítica enraizada na experiência histórica concreta e orientada para a transformação social.

Nesse sentido, o presente artigo propõe-se a analisar, de maneira sistemática, as convergências e especificidades do pensamento de Freire e Vieira Pinto nas dimensões epistemológica e da práxis. Parte-se da hipótese de que, embora atuem em campos distintos, como a pedagogia no caso de Freire, e a filosofia social, no caso de Vieira Pinto, ambos elaboram perspectivas profundamente complementares acerca da relação entre conhecimento, consciência e transformação social da realidade. Ao evidenciar tais aproximações, busca-se não apenas aprofundar a compreensão das bases teóricas da pedagogia crítica, mas também contribuir para o debate contemporâneo sobre o papel da educação e da filosofia na construção de projetos emancipatórios em contextos marcados por desigualdades estruturais e dependência histórica.

EPISTEMOLOGIA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EM ÁLVARO VIEIRA PINTO

A reflexão epistemológica de Álvaro Vieira Pinto inscreve-se no interior de um esforço sistemático de superação das concepções idealistas, formalistas e abstratas do conhecimento, que historicamente marcaram parte significativa da tradição filosófica ocidental. Em oposição a essas correntes, que tendem a conceber o conhecimento como atividade autônoma da consciência, desvinculada das condições concretas da existência, em que Vieira Pinto propõe uma epistemologia de caráter histórico-material, na qual o saber é compreendido como produto da atividade humana socialmente situada. Nesse sentido, o conhecimento não é um dado imediato da subjetividade nem uma estrutura transcendental, mas uma construção histórica que emerge das relações práticas entre os sujeitos e o mundo que transformam (Vieira Pinto, 1960).

Em sua obra central, *Consciência e Realidade Nacional*, o autor desenvolve uma análise rigorosa da relação entre consciência e realidade, recusando qualquer forma de dualismo que separe sujeito e objeto, pensamento e visão de mundo. Para Vieira Pinto, a consciência humana não pode ser compreendida fora das determinações históricas que a constituem, sendo, ao contrário, expressão e mediação da própria realidade social. Como afirma o autor: “a consciência não é um fenômeno puramente subjetivo, mas a forma pela qual o homem apreende criticamente a realidade histórica em que se encontra inserido” (Vieira Pinto, 1960, p. 42). Tal formulação teórica evidencia uma concepção dialética da consciência, entendida simultaneamente como produto e produtora da realidade social, o que implica reconhecer seu caráter ativo, crítico e transformador.

Essa perspectiva conduz à afirmação de uma epistemologia intrinsecamente vinculada à noção de historicidade. O conhecimento, nesse quadro, não é universal em sentido abstrato, nem atemporal, mas um modo que é determinado pelas condições concretas de existência, pelas estruturas

sociais e pelas formas históricas de organização do trabalho. Ao enfatizar esse vínculo, Vieira Pinto aproxima-se de tradições filosóficas que destacam o caráter social da produção do conhecimento, em especial o materialismo histórico, para o qual as ideias, as formas de consciência e os sistemas de saber estão enraizados nas práticas sociais e nas relações de produção (Marx; Engels, 2007). Contudo, sua contribuição não se limita à mera reprodução dessas matrizes teóricas; ela se desdobra em uma reflexão original sobre a condição periférica das sociedades latino-americanas e os desafios específicos de construção de uma consciência nacional autônoma.

Nesse ponto, a epistemologia de Vieira Pinto adquire um sentido político e um caráter social decisivo. Ao analisar a formação da consciência em contextos marcados pela dependência econômica e cultural, o autor denuncia a presença de formas alienadas de pensamento, que reproduzem modelos teóricos importados e descolados da realidade concreta latina e nacional. Essa crítica ao que poderíamos denominar “colonialismo epistemológico” revela-se uma das grandes preocupações dos estudos de Vieira Pinto; com a real necessidade de produzir um conhecimento enraizado na experiência histórica latino-brasileira. Como ele próprio argumenta, a consciência autêntica só pode emergir quando os sujeitos são capazes de compreender sua inserção no processo histórico e de elaborar respostas teóricas e práticas adequadas às suas condições específicas (Vieira Pinto, 1960).

Desse maneira, a consciência histórica, em Vieira Pinto, não é apenas um atributo cognitivo, mas uma forma de posicionamento crítico diante da realidade. Trata-se de uma consciência que reconhece as mediações sociais, econômicas e culturais que estruturam o mundo, e que, por isso mesmo, se orienta para a transformação dessas condições. A produção do conhecimento, nessa perspectiva, está indissociavelmente ligada à práxis, entendida como unidade entre reflexão e ação. Conhecer é, portanto, intervir, e intervir implica compreender as determinações históricas que configuram a realidade social. Essa articulação entre epistemologia e práxis aproxima significativamente o pensamento de Vieira Pinto de outros autores críticos do século XX, como o de Paulo Freire, para quem a construção do conhecimento também se dá no interior de processos históricos concretos e está orientada para a emancipação dos sujeitos. Em ambos, observa-se a recusa de uma concepção apenas neutra ou tecnicista do saber, bem como a afirmação de que todo conhecimento implica uma dimensão ética e política. No caso de Vieira Pinto, essa dimensão se expressa na defesa contundente de um projeto de desenvolvimento nacional que pressupõe a autonomia e a emancipação social e intelectual, bem como a superação das formas de dependência estrutural.

Além disso, sua reflexão epistemológica amplia-se ao incorporar a análise da tecnologia como mediação fundamental da relação entre homem, a técnica e o mundo. Em sua obra “O Conceito de Tecnologia”, o autor argumenta que a técnica não é um elemento externo ou secundário, mas

parte constitutiva da própria condição humana, sendo igualmente determinada pelas condições históricas e sociais (Vieira Pinto, 2005). Essa abordagem reforça a ideia de que o conhecimento científico e tecnológico não pode ser compreendido fora do contexto das relações de poder e dos processos históricos que o produzem, bem como da cultura e do trabalho humano.

Em síntese, a epistemologia de Álvaro Vieira Pinto configura-se como uma teoria crítica do conhecimento que articula, de maneira densa e consistente, as dimensões histórica, social e a prática da produção do saber. Ao afirmar a inseparabilidade entre consciência e realidade social concreta, o autor não apenas rejeita as concepções abstratas e descontextualizadas do conhecimento, mas também propõe, de forma bastante incisiva uma compreensão profundamente comprometida com a transformação social. Nesse sentido, sua densa obra e seu pensamento permanecem como referência fundamental para os debates contemporâneos sobre epistemologia crítica, pensamento latino-americano e a construção de saberes comprometidos com a emancipação humana.

EPISTEMOLOGIA E CONSCIENTIZAÇÃO EM PAULO FREIRE

No pensamento do Educador Paulo Freire, a dimensão epistemológica encontra-se indissociavelmente articulada à crítica radical das formas tradicionais de educação e à proposição de uma pedagogia fundada no diálogo, na problematização e na historicidade do conhecimento. Longe de conceber a epistemologia apenas como um campo abstrato ou puramente teórico, Paulo Freire a insere no interior das práticas educativas concretas, entendendo o ato de conhecer como um processo social, histórico e político, diretamente vinculado às condições de existência dos sujeitos e às estruturas de poder que atravessam a sociedade. Nesse sentido, sua reflexão epistemológica emerge como crítica às formas de produção e legitimação do saber que sustentam relações de dominação, especialmente no contexto das sociedades marcadas por desigualdades estruturais.

Em sua obra fundamental, “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire desenvolve uma crítica contundente ao modelo que denomina “educação bancária”, caracterizado pela concepção do conhecimento como algo estático, acabado e transferível de um sujeito que sabe, o professor, para um sujeito que não sabe, o aluno. Nesse modelo, o processo educativo reduz-se a uma prática de depósito, na qual os educandos são tratados como recipientes passivos a serem preenchidos por diversos conteúdos previamente definidos. Tal concepção implica uma epistemologia implícita de caráter positivista e mecanicista, que separa sujeito e objeto, teoria e prática, conhecimento e realidade. Como afirma o autor, “na visão ‘bancária’ da educação, o saber é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber” (Freire, 1987, p. 58), evidenciando o caráter hierárquico e alienante dessa forma de ensino. A crítica freiriana à educação bancária não se limita, portanto, ao plano pedagógico, mas alcança o próprio fundamento

epistemológico dessa prática, ao denunciar sua incapacidade de reconhecer o caráter histórico, processual e situado do conhecimento. Ao tratar o saber como algo neutro e universal, desvinculado da experiência concreta dos sujeitos, esse modelo contribui para a reprodução das estruturas de dominação, uma vez que impede o desenvolvimento da consciência crítica e a compreensão das mediações sociais que constituem a realidade. Nesse sentido, a educação bancária funciona como instrumento de manutenção da ordem vigente, ao naturalizar desigualdades e silenciar as vozes dos sujeitos historicamente marginalizados.

Em contraposição a essa lógica, Freire propõe uma concepção epistemológica fundamentada no diálogo e na problematização da realidade. O conhecimento deixa de ser entendido como produto acabado e passa a ser concebido como processo dinâmico, construído na interação entre sujeitos que, situados historicamente, buscam compreender e transformar o mundo em que vivem. O diálogo, nesse contexto, não é apenas uma técnica pedagógica, mas uma exigência ontológica e epistemológica, pois é por meio dele que se estabelece a relação entre sujeitos cognoscentes, mediatizados pela realidade concreta. Como afirma Freire: “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 79). Essa formulação explicita uma concepção de conhecimento que rompe com o individualismo epistemológico e afirma toda a dimensão coletiva, intersubjetiva e histórica do ato de conhecer. A aprendizagem, nessa perspectiva, ocorre por meio da problematização da experiência social, isto é, pela capacidade de transformar a realidade vivida em objeto de reflexão crítica. O processo educativo passa a ser orientado pela investigação das situações concretas que constituem a vida dos educandos, permitindo que estes reconheçam as contradições presentes em seu contexto e desenvolvam uma compreensão mais ampla e crítica do mundo. Trata-se, portanto, de uma epistemologia da práxis, na qual o conhecimento se constrói na relação dialética entre ação e reflexão. Como o próprio Freire afirma, “não há palavra verdadeira que não seja práxis” (Freire, 1987, p. 91), indicando que o ato de conhecer implica necessariamente um compromisso com a transformação da realidade.

Essa concepção aproxima-se de tradições filosóficas que enfatizam o caráter histórico e social do conhecimento totalizante, especialmente aquelas influenciadas pelo materialismo histórico e pela fenomenologia existencial. Contudo, Freire reelabora essas influências a partir de uma perspectiva pedagógica original, centrada na experiência dos sujeitos oprimidos e na necessidade de construção de uma consciência crítica, ou na conscientização, capaz de desvelar as estruturas de dominação. O conhecimento, nesse sentido, não é apenas compreensão da realidade, mas também instrumento de libertação, na medida em que permite aos sujeitos reconhecerem-se como agentes históricos capazes de intervir no mundo.

Além disso, a epistemologia freiriana implica uma redefinição do papel do educador e do educando no processo de ensino-aprendizagem.

Ambos deixam de ocupar posições fixas e hierarquizadas para se constituírem como sujeitos do conhecimento, engajados em um processo comum de investigação da realidade. O educador não é mais aquele que detém o saber, mas aquele que, ao lado dos educandos, participa da construção coletiva do conhecimento. Essa relação horizontal não elimina a especificidade do papel docente, mas a redefine em termos de mediação, problematização e compromisso ético-político com a emancipação dos sujeitos.

Assim, é importante, também, destacar que a epistemologia de Paulo Freire está intrinsecamente ligada a um projeto político de transformação social. Ao afirmar o caráter histórico, dialógico e crítico do conhecimento, o autor não apenas propõe uma nova forma de compreender todo o processo educativo, mas também aponta para a possibilidade de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Nesse sentido, sua obra permanece como referência fundamental para os debates contemporâneos sobre educação crítica, epistemologia e emancipação, especialmente em contextos marcados por desigualdades e exclusão social.

A CENTRALIDADE DA PRÁXIS

A categoria conceitual da práxis, em Viera Pinto e Paulo Freire, apresenta posição estruturante, no pensamento de ambos os autores. Tanto nos estudos de Álvaro Vieira Pinto quanto na pedagogia crítica de Paulo Freire, constituindo-se como eixo articulador entre epistemologia, ética e política. Para esses autores, a práxis não é concebida como mera atividade prática ou aplicação instrumental de teorias previamente elaboradas, mas como unidade dialética entre reflexão e ação, por meio da qual os sujeitos históricos não apenas interpretam, mas buscam transformar a realidade em que estão inseridos. Trata-se, portanto, de uma categoria que rompe com a cisão clássica entre teoria e prática, afirmando o caráter processual, histórico e transformador do conhecimento.

No caso de Vieira Pinto, a práxis tem grande relevância, em sua concepção de conhecimento enquanto atividade socialmente situada. Inserido no contexto dos debates sobre desenvolvimento nacional e dependência, o filósofo compreende que a produção do saber está intrinsecamente ligada às condições concretas da existência histórica, sendo inseparável das necessidades e dos desafios enfrentados pelas sociedades. Assim, a teoria não pode ser concebida como um fim em si e por si mesma, mas deve orientar-se para a transformação efetiva da realidade. Como se depreende de sua reflexão, conhecer implica necessariamente agir nos contextos sociais reais, e agir pressupõe uma compreensão crítica das determinações históricas que configuram o mundo social (Vieira Pinto, 1960).

Essa concepção aproxima-se diretamente da tradição do materialismo histórico, especialmente da formulação clássica de Karl Marx, para quem “os filósofos têm apenas interpretado o mundo de maneiras diferentes; a questão, porém, é transformá-lo” (Marx, 2008, p. 120). A práxis,

nesse horizonte, é entendida como atividade humana consciente e transformadora, por meio da qual os sujeitos intervêm nas condições materiais de sua existência, produzindo não apenas bens, mas também formas de consciência. Vieira Pinto retoma e reelabora essa tradição ao enfatizar que, em contextos periféricos como o brasileiro, a práxis adquire um significado ainda mais decisivo, pois está vinculada à necessidade de superação da dependência estrutural e de construção de um projeto autônomo de desenvolvimento soberano. Nesse sentido, a atividade teórica só se justifica na medida em que contribui para a emancipação histórica concreta.

Além do mais, a práxis, em Vieira Pinto, está profundamente relacionada à noção de consciência crítica e superação da alienação. A consciência, como já apontado em sua obra “Consciência e Realidade Nacional”, não é um dado imediato, mas um processo que se constitui na relação ativa com a realidade. É na práxis que a consciência se desenvolve, na medida em que os sujeitos, ao intervir no mundo, tornam-se capazes de compreendê-lo de forma mais profunda. Assim, a transformação da realidade e a transformação da consciência são processos simultâneos e interdependentes, o que confere à práxis um caráter ontológico e epistemológico fundamental (Vieira Pinto, 1960).

De modo convergente, Paulo Freire atribui à práxis um papel central em sua teoria pedagógica, particularmente na formulação de uma educação libertadora orientada para a emancipação dos sujeitos. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire define explicitamente a práxis como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 52), destacando sua natureza dialética e seu caráter essencialmente político. Para o autor, não há verdadeira educação fora da práxis, pois é por meio dela que os sujeitos se tornam verdadeiramente capazes de compreender criticamente sua realidade e de agir sobre ela de maneira consciente. A pedagogia freiriana, nesse sentido, fundamenta-se na recusa de qualquer forma de dissociação entre teoria e prática. A educação não pode ser reduzida à transmissão de conteúdo ou à aquisição de habilidades técnicas, mas deve constituir-se como processo de formação integral, no qual os educandos desenvolvem a capacidade de pensar criticamente e de intervir no mundo. Como afirma Freire, “não há palavra verdadeira que não seja união inquebrantável entre ação e reflexão” (Freire, 1987, p. 91), o que reforça a ideia de que o conhecimento autêntico só se realiza na práxis.

Essa articulação entre reflexão e ação manifesta-se, na prática pedagógica, por meio da problematização da realidade vivida pelos educandos. Ao partir das experiências reais e concretas dos sujeitos, a educação libertadora cria as condições para que estes reconheçam as contradições presentes em seu contexto e desenvolvam uma consciência crítica capaz de orientá-los na transformação dessas condições. A práxis, portanto, não é só um conceito teórico, mas uma prática concreta que se realiza no processo educativo, na medida em que educadores e educandos

se engajam conjuntamente na investigação e na transformação da realidade. Também, há que se destacar que, tanto em Freire quanto em Vieira Pinto, a práxis possui uma dimensão ética e política incontornável. Não se trata de qualquer ação, mas de uma ação orientada por valores e por um compromisso com a emancipação humana. A práxis autêntica é aquela que se opõe às formas de alienação e dominação, promovendo a humanização dos sujeitos e a construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, ambos os autores convergem na crítica às práticas que se limitam à adaptação dos indivíduos à ordem existente, defendendo, ao contrário, uma perspectiva transformadora que visa à superação das desigualdades estruturais.

Em síntese, a centralidade da práxis no pensamento de Álvaro Vieira Pinto e na pedagogia de Paulo Freire revela uma concepção profundamente crítica e engajada do conhecimento e da educação. Ao afirmar a inseparabilidade entre teoria e prática, ambos os autores não apenas redefinem os fundamentos epistemológicos de seus campos de atuação, mas também oferecem instrumentos teóricos e práticos para a construção de processos emancipatórios. A práxis, nesse contexto, emerge como categoria-chave para compreender toda a relação entre conhecimento, consciência e transformação social, permanecendo como referência fundamental para os debates contemporâneos no campo da educação crítica e da filosofia social.

QUADRO COMPARATIVO DAS CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Autor	Epistemologia	Conceito de práxis	Contribuição principal
Álvaro Vieira Pinto	Conhecimento como produto histórico e social ligado à realidade nacional	Práxis como unidade entre reflexão filosófica e transformação histórica	Fundamentação filosófica da consciência crítica e do desenvolvimento nacional
Paulo Freire	Conhecimento construído no diálogo e na problematização da realidade	Práxis educativa baseada na ação-reflexão	Desenvolvimento de uma pedagogia emancipadora voltada para a educação popular

Esse quadro retrata uma análise comparativa entre o pensamento de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire, evidenciando uma profunda convergência teórica no que se refere à compreensão do conhecimento como fenômeno histórico, totalizante, socialmente situado e intrinsecamente vinculado à práxis; ainda que cada autor desenvolva tal perspectiva a partir de campos distintos, a filosofia social, no caso de Vieira Pinto, e a pedagogia crítica, no caso de Freire. No plano epistemológico, Vieira Pinto sustenta que o conhecimento deve ser compreendido como produto das condições concretas de existência humana, sendo inseparável da realidade histórica e das necessidades sociais que o engendram. Em *Consciência e Realidade Nacional*, o autor afirma que a consciência não é uma instância abstrata ou

puramente subjetiva, mas uma forma de apreensão crítica da realidade, em sua historicidade e totalidade (Vieira Pinto, 1960). Essa concepção implica reconhecer que toda produção do saber está enraizada nas práticas sociais e orientada pelas demandas do desenvolvimento histórico, especialmente em contextos marcados pela dependência estrutural. De modo convergente, embora a partir de uma abordagem pedagógica, Freire compreende o conhecimento humano como construção coletiva, produzida no diálogo entre sujeitos e mediada pela realidade concreta. Em *Pedagogia do Oprimido*, ele afirma que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo real” (Freire, 1987, p. 79), evidenciando o caráter intersubjetivo e histórico do processo cognitivo.

No que se refere à categoria de práxis, ambos os autores a concebem como unidade indissociável entre reflexão e ação, rejeitando qualquer dissociação entre teoria e prática. Para Vieira Pinto, a práxis representa o fundamento da atividade cognitiva e histórica, na medida em que o conhecimento somente se realiza plenamente quando orientado para a transformação da realidade. Tal perspectiva aproxima-se da tradição inaugurada por Karl Marx, para quem a tarefa do pensamento não se limita à interpretação do mundo, mas implica sua transformação (Marx, 2008). Nesse sentido, a práxis, em Vieira Pinto, assume um caráter filosófico e político, sendo condição para a constituição de uma consciência crítica capaz de enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional. Já em Freire, por sua vez, a práxis adquire uma dimensão eminentemente pedagógica, sem perder seu conteúdo político-transformador. Definida como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 52), a práxis constitui o núcleo da educação libertadora, orientando práticas educativas que visam à conscientização dos sujeitos e à superação das relações de opressão. Essa articulação entre ação e reflexão manifesta-se, no âmbito pedagógico, por meio da problematização da realidade e da construção dialógica do conhecimento, permitindo que os educandos se reconheçam como sujeitos históricos capazes de intervir no mundo.

Quanto às contribuições principais, pode-se afirmar que Vieira Pinto oferece uma fundamentação filosófica robusta para a compreensão da consciência crítica e do papel do conhecimento no processo de desenvolvimento nacional, destacando a necessidade de superar formas de dependência cultural e epistemológica. Já Freire, ao transpor esses fundamentos para o campo educacional, desenvolve uma pedagogia emancipadora voltada para a educação popular, na qual o processo de ensino-aprendizagem se configura como prática de liberdade e instrumento de transformação social. Como o próprio afirma, “a educação, como prática da liberdade, é um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (Freire, 1987). Em síntese, a articulação entre epistemologia e práxis em ambos os autores revela um horizonte teórico comum, no qual o conhecimento é concebido como atividade histórica, social e transformadora. Embora situados em campos distintos, Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire

elaboram perspectivas complementares que convergem na defesa de uma racionalidade crítica comprometida com a emancipação humana e com a transformação das condições concretas de existência.

CONVERGÊNCIAS E ESPECIFICIDADES

A comparação entre o pensamento de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire revela um campo denso de convergências teóricas, particularmente no que diz respeito à crítica das concepções positivistas e tecnicistas do conhecimento humano acumulado e, também, a afirmação de uma epistemologia de caráter histórico, social e crítico. Ambos os autores se insurgem contra a ideia de que o conhecimento possa ser compreendido como um sistema neutro, objetivo e universal, desvinculado das condições concretas de produção da vida social. Em oposição a essa perspectiva, sustentam que o saber é sempre situado, isto é, produzido no interior de relações históricas sociais e atravessado por interesses, valores e projetos de sociedade.

No caso de Vieira Pinto, essa crítica assume a forma de uma denúncia sistemática do que se poderia denominar “alienação epistemológica”, característica das sociedades periféricas que importam modelos teóricos sem mediação crítica com sua realidade concreta. Em *Consciência e Realidade Nacional*, o autor afirma que a consciência autêntica só pode emergir quando enraizada nas condições históricas específicas de uma formação social, o que implica reconhecer que “não há consciência verdadeira fora da realidade concreta que a determina” (Vieira Pinto, 1960). Tal posição representa uma ruptura com o universalismo abstrato típico de certas tradições positivistas, ao enfatizar que todo o conhecimento deve responder às exigências históricas de cada sociedade, especialmente no contexto da luta pelo desenvolvimento e pela autonomia nacional.

De modo convergente, embora operando no campo da pedagogia, Freire também rejeita todas as concepções tecnicistas que reduzem o conhecimento a um conjunto de informações a serem transmitidas de forma mecânica. Em *Pedagogia do Oprimido*, sua crítica à “educação bancária” evidencia uma concepção epistemológica implícita que separa sujeito e objeto, teoria e prática, conhecimento e realidade. Contra essa lógica, Freire propõe uma epistemologia dialógica, na qual o conhecimento é construído na interação entre sujeitos históricos, mediatizados pelo mundo. Como afirma o autor, “o conhecimento emerge apenas através da invenção e reinvenção, através da busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (Freire, 1987), indicando o caráter processual, coletivo e histórico do ato de conhecer.

Outro ponto de convergência fundamental entre os dois pensadores reside na centralidade atribuída à categoria da práxis. Em ambos, a práxis é concebida como princípio estruturante da relação entre conhecimento e realidade, superando a dicotomia entre teoria e prática. Inspirados, ainda que de formas distintas, na tradição inaugurada por Karl Marx, Vieira Pinto e Freire

compreendem que o conhecimento só se realiza plenamente quando articulado à ação transformadora. A famosa tese marxiana de que não basta interpretar o mundo, sendo necessário transformá-lo de fato, (Marx, 2008), encontra ressonância direta em suas formulações.

Para Vieira Pinto, a práxis constitui o fundamento da própria atividade cognitiva, uma vez que é na ação histórica concreta que se produzem tanto as condições materiais quanto as formas de consciência. O conhecimento, nesse sentido, não é um reflexo passivo da realidade, mas uma mediação ativa que orienta a intervenção dos sujeitos no mundo. Essa perspectiva confere à filosofia um papel eminentemente político, na medida em que a reflexão teórica deve contribuir para a transformação das estruturas sociais e para a construção de um projeto nacional autônomo. Já em Freire, a práxis assume uma dimensão pedagógica explícita, sendo definida como “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987). A educação libertadora, nesse contexto, é aquela que promove a articulação contínua entre ação e reflexão, possibilitando aos sujeitos o desenvolvimento de uma consciência crítica e a capacidade de intervir em sua realidade.

Apesar dessas convergências significativas, a comparação também evidencia diferenças importantes entre as abordagens dos dois autores, que decorrem, em grande medida, dos campos teóricos e práticos em que atuam. Vieira Pinto elabora uma filosofia social orientada para a análise das condições estruturais reais do desenvolvimento em sociedades periféricas, com ênfase na questão da dependência cultural, científica e tecnológica. Sua preocupação central reside na construção de uma consciência nacional capaz de superar a condição de subdesenvolvimento, o que o leva a refletir sobre temas como ciência, cultura, tecnologia e autonomia intelectual. Em obras como *O Conceito de Tecnologia*, ele destaca que o domínio tecnológico é condição indispensável para a emancipação histórica, criticando a importação acrítica de modelos estrangeiros (Vieira Pinto, 2005). Freire, por outro lado, concentra sua reflexão no campo educacional, desenvolvendo uma teoria pedagógica voltada para práticas concretas de alfabetização e educação popular, especialmente em contextos de exclusão social. Sua preocupação central é a formação de sujeitos críticos, capazes de “ler o mundo” antes mesmo de “ler a palavra” (Freire, 1989), isto é, de compreender as condições históricas de sua existência e de agir sobre elas. Nesse sentido, sua contribuição reside na elaboração de uma pedagogia emancipadora que, embora fundamentada em pressupostos filosóficos amplos, se realiza no cotidiano das práticas educativas, particularmente junto às classes populares.

Desse modo, a relação entre Vieira Pinto e Paulo Freire pode ser compreendida como uma articulação entre fundamentos filosóficos e desdobramentos pedagógicos de uma mesma matriz crítica. Ambos compartilham a defesa de uma epistemologia histórica com base na totalidade e socialmente situada, bem como os fundamentos da práxis como princípio de transformação. Contudo, enquanto Vieira Pinto opera no nível da análise estrutural e da filosofia e do desenvolvimento crítico e soberano,

Paulo Freire traduz esses princípios em uma proposta pedagógica concreta, voltada para a emancipação dos sujeitos por meio da educação libertadora e emancipatória. Essa complementaridade entre esses autores, confere grande densidade ao diálogo, tornando-o particularmente fecundo para os debates contemporâneos sobre conhecimento, educação e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre o pensamento de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto evidencia não apenas convergências conceituais pontuais, mas a constituição de um horizonte teórico comum, cujo qual articula os aspectos epistemológicos e práxis de modo indissociável. Ambos os autores partem da recusa de concepções abstratas, neutras e descontextualizadas do conhecimento, afirmando, em seu lugar, uma maior compreensão histórico-social do saber historicamente construído, enraizada nas condições concretas de existência e nas contradições que estruturam a vida social. Nesse sentido, o conhecimento não é concebido como representação passiva da realidade, mas como atividade crítica e transformadora; produzida no interior das relações históricas, culturais e sociais, bem como, orientada para a intervenção no mundo.

Essa perspectiva implica reconhecer que toda a produção de conhecimento está atravessada por determinações sociais, econômicas e culturais, o que exige uma postura crítica diante das formas hegemônicas de saber que tendem a naturalizar as desigualdades e a reproduzir estruturas de dominação. Como sustenta Vieira Pinto em “Consciência e Realidade Nacional” que é uma de suas principais obras; em que a consciência só pode ser compreendida como expressão da realidade histórica concreta, sendo inseparável das condições que a produzem (Vieira Pinto, 1960). De modo convergente, Freire afirma que “o conhecimento emerge apenas através da invenção e reinvenção” no processo histórico de interação entre sujeitos e mundo real e concreto (Freire, 1987, p. 67), reforçando a ideia de que conhecer é um ato situado, coletivo e permanentemente inacabado.

A centralidade da práxis constitui, nesse quadro, o elemento de maior densidade na aproximação entre os dois pensadores. Em ambos, a práxis é compreendida como unidade dialética entre reflexão e ação, superando a dicotomia tradicional entre teoria e prática e afirmando o caráter transformador do conhecimento. Inspirados, ainda que por vias distintas, na tradição crítica associada a Karl Marx, os dois autores compartilham a compreensão de que a atividade teórica só adquire sentido pleno quando orientada para a transformação da realidade histórica. Como afirma Freire, “a práxis é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987), formulação que encontra ressonância na concepção de Vieira Pinto, de conhecimento como mediação ativa da intervenção humana no processo histórico.

Nesse contexto, a influência do pensamento de Vieira Pinto sobre Freire revela-se particularmente significativa, ainda que nem sempre

explicitada de forma direta. Ambos participaram, de maneiras distintas, do ambiente intelectual brasileiro das décadas de 1950 e 1960 do século XX, marcado pelos debates em torno do desenvolvimento nacional, da dependência estrutural e da necessidade de construção de uma consciência crítica autônoma. Instituições como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desempenharam papel bastante relevante na articulação dessas discussões, reunindo intelectuais comprometidos com a elaboração de um projeto nacional capaz de enfrentar os desafios do subdesenvolvimento. É nesse contexto que se forja uma tradição crítica brasileira, na qual filosofia e o processo educacional se entrelaçam na busca por respostas às contradições históricas do país.

A obra de Vieira Pinto oferece, nesse cenário, uma fundamentação filosófica robusta para a compreensão da relação entre consciência, conhecimento e realidade, enfatizando a necessidade de superar a dependência cultural e epistemológica por meio da construção de um pensamento enraizado na experiência histórica nacional. Freire, por sua vez, ao transpor esses fundamentos para o campo educacional, desenvolve uma pedagogia que traduz, em termos práticos, a exigência de articulação entre reflexão crítica e ação transformadora. Sua proposta de educação como prática da liberdade configura-se, assim, como desdobramento pedagógico de uma matriz teórica mais ampla, na qual a emancipação dos sujeitos depende da capacidade de compreender e transformar, de fato, a realidade em que vivem.

Ao integrar, portanto, reflexão filosófica e prática educativa, Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire contribuem decisivamente para a construção de uma perspectiva teórica comprometida com a emancipação social. Em ambos, a crítica ao conhecimento abstrato e descontextualizado se articula à defesa de uma racionalidade situada, orientada pelas necessidades históricas e totalidades concretas, como também, pela luta contra as formas de opressão e exploração. Essa perspectiva assume especial relevância nas sociedades contemporâneas, ainda marcadas por profundas desigualdades e por novas formas de dominação, nas quais a produção e circulação do conhecimento continuam a desempenhar papel estratégico. Em síntese, o diálogo entre esses dois autores permite compreender que a transformação social exige não apenas mudanças estruturais no plano econômico e político, mas também uma profunda reconfiguração das formas de conhecer e de educar. A epistemologia crítica e a práxis transformadora, tal como concebidas por Vieira Pinto e Paulo Freire, permanecem, assim, como referências fundamentais para a construção de projetos emancipatórios, reafirmando a centralidade do conhecimento e da educação na luta por uma sociedade mais justa, democrática e historicamente consciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo: Cortez, 1989.

MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2008.

VIEIRA PINTO, Álvaro. Consciência e realidade nacional. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

VIEIRA PINTO, Álvaro. O conceito de tecnologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.